

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/340581307>

O Conceito de Empatia na Psicologia

Chapter · January 2013

CITATIONS

0

READS

3,091

3 authors, including:



Cleonice Camino

Universidade Federal da Paraíba

86 PUBLICATIONS 751 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Julio Rique Neto

Universidade Federal da Paraíba

59 PUBLICATIONS 597 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



The Enright Forgiveness Inventory-30: International Studies [View project](#)

Camino, C., Luna, V., & Rique, J. (2013). O conceito de empatia na Psicologia. Em C. S. Hutz e L. K. de Souza (Organizadores), *Estudos em Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade. Uma homenagem a Ângela Biaggio*. 1ª Ed., Vol. 1, PP. 171-188.SP: Casa do Psicólogo. ISBN: 978-85-8040-267-4. 223 paginas.

O conceito de empatia na Psicologia

Cleonice Camino

Verônica Luna

Júlio Rique

Universidade Federal da Paraíba

Introdução

Em um dos trechos de sua obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, Morin (2000) estima que a compreensão humana deva ser uma das finalidades da educação de amanhã. Do seu ponto de vista, a compreensão humana vai além da explicação intelectual ou objetiva das coisas materiais, pois envolve um conhecimento do outro, ou seja, envolve empatia. Por conseguinte, diz ele,

(...) se vejo uma criança chorando, vou compreendê-la, não por medir o grau de salinidade de suas lágrimas, mas por buscar em mim minhas aflições infantis, identificando-a comigo e identificando-me com ela. O outro não apenas é percebido objetivamente, é percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e que identificamos conosco, o ego alter que se torna alter ego. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção (Morin, 2000, p. 95).

Morin (2000) acrescenta que “(...) a compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos, é daqui para a frente vital para que as relações humanas saiam de seu estado bárbaro de incompreensão” (p. 17). Os autores deste trabalho concordam com Morin, sobre a importância da compreensão humana para a educação. Da mesma forma, endossam a sua advertência sobre a necessidade de incluir a empatia como uma variável mediadora dessa compreensão, para o

desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, voltada para o respeito mútuo, a cooperação e o cumprimento dos direitos humanos.

Nesse contexto, os resultados de várias investigações, sobretudo nas áreas da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento, apontam para uma relação positiva entre empatia e comportamentos pró-sociais (Aronfreed, 1968; Bar-Tal, 1976; Davis, 1983; Eisenberg & Miller, 1990; Escrivá, Garcia & Navarro, 2002; Gaertner & Dovidio, 1977; Hoffman, 1982; Staub, 1979).

Com base nessas considerações, o presente estudo procura investigar até que ponto a empatia pode ser um fator relevante para a realização de comportamentos que propiciam o bem-estar do outro. O objetivo principal é saber em que medida uma melhor compreensão sobre a empatia pode advir da análise de como esse conceito tem sido abordado por diferentes áreas da psicologia. Intrinsecamente relacionado com isso, procura-se discutir a importância de outros conceitos diretamente vinculados à empatia, tais como: *role-taking*, simpatia e angústia pessoal.

Conforme Wispé (1990), a idéia de empatia apareceu primeiramente na psicologia da apreciação estética alemã, em 1873, com Robert Vischer. Esse autor utilizou o termo *Einfühlung* para designar a projeção do eu para dentro do objeto de beleza. Posteriormente, em 1895, *Einfühlung* foi traduzido por Vernon Lee, na literatura inglesa, como simpatia, com o entendimento de que esse termo deve ser empregado quando houver o sentimento envolvido na percepção. A palavra simpatia - com sentimento - expressa também felicidade, como um estado vivido internamente que provoca o retesamento de músculos e leva a movimentos plenos. Ao contrário da primeira concepção de *Einfühlung* como projeção, na *Einfühlung* como simpatia é o objeto que provoca o sentimento no indivíduo. Segundo Wispé, Vernon Lee descobriu a idéia básica da imitação muscular no processo de simpatia, enquanto Lipps, que

muitos julgam ser o descobridor da empatia, tem o mérito de haver sistematizado o uso do conceito na psicologia.

A empatia no campo da psicologia geral experimental

Lipps (1903, apud Wispé, 1990) desenvolveu suas idéias sobre *Einfühlung* em seus estudos sobre ilusão de ótica. Verificou que a ilusão era produzida pela projeção de características internas do observador sobre a configuração do estímulo. Em 1905, Lipps voltou-se para uma explicação de *Einfühlung* como conhecimento do *self* e do outro. Atualmente, esse processo é relacionado ao *role-taking* e é compreendido como podendo ser um primeiro passo para a empatia. O conhecimento do *self* e do outro depende da influência dos sentimentos mediante a percepção de guias externos. Na medida em que estes guias tenham um significado para o observador, ocorrerá ressonância no sujeito, por meio de atividades internas. Lips considera que há diferentes esferas de conhecimento: o conhecimento do eu, o conhecimento do outro e o das coisas, sendo *Einfühlung* ora projeção, ora ressonância.

Titchener (1909, apud Wispé, 1990) traduziu a palavra *Einfühlung* como *empathy*, derivando este termo da palavra grega *empathia*, que significa literalmente “em” (*en*) “sofrimento ou paixão” (*pathos*). Segundo Wispé, fazer um sumário do que Titchener compreendeu por empatia não é uma tarefa simples, pois este conceito passou por mudanças ao longo de sua obra, além de ser difícil a tradução de alguns de seus conceitos para a linguagem atual da psicologia. De início, ele concebia que o sentimento e a representação dos estados de uma outra pessoa seriam possíveis por uma espécie de imitação interior no “músculo da mente”.

Assim compreendida, a empatia não significava a apreensão do outro por um processo puramente cognitivo. Ao invés de ser pautada no estabelecimento de analogias entre os processos mentais pessoais e os do outro, significava um processo

onde o sentir ou representar o outro se fazia em termos de imagens visuais e cinestésicas. Posteriormente, Titchener passou a definir a empatia como uma tendência natural das pessoas para se sentirem dentro das situações que imaginam. Empatizar seria, por exemplo, arfar, recuar, sentir náusea ao tomar conhecimento de um acidente chocante. Com um núcleo imagético e um contexto feito de sensações cinestésicas e orgânicas, a empatia possibilita uma compreensão das atitudes, emoções e julgamentos morais entre as pessoas que têm similaridade intelectual e moral.

Portanto, em Titchener (apud Wispé, 1990) o conceito de empatia sofreu mudanças. No início (1909), representou uma mistura de imagem visual, muscular e cinestésica, por meio da qual uma dada experiência torna-se possível. Mais tarde (1915), tornou-se um sentimento complexo e uma projeção do próprio eu sobre o objeto. Desse modo, Titchener identificou dois mecanismos na empatia: 1) trazer o outro para dentro de si, através de uma imitação interior; e 2) sentir-se dentro das situações e dos estados afetivos do outro.

Também na área da psicologia geral experimental, Woodworth e Marquis (1959) fizeram referência à simpatia e à empatia. Para esses autores, sentir com o outro era simpatia. Woodworth e Marquis consideravam que a simpatia era mais do que uma simples imitação. Ela expressava o desejo de sentir do mesmo modo que o outro, gostar do que o outro gostava e aborrecer-se com aquilo que aborrecia o outro. No sentido de esclarecer sua concepção, eles comentaram que: “companheiros alegres, bem dispostos, nos contagiam com sentimentos de empatia, companheiros tristes contagiam-nos com sentimento de tristeza. Em meio à excitação, tendemos a excitar-nos, embora não tenhamos razões pessoais para tanto” (p. 421). Para eles, essas reações ainda deveriam ser demonstradas se são instintivas ou imitativas.

Por outro lado, segundo Woodworth e Marquis (1959), para “(...) simpatizarmos inteiramente com a outra pessoa, precisamos usar de imaginação, precisamos nos colocar em seu lugar e encarar as coisas do seu ponto de vista, (...) precisamos de experiência na conduta cooperadora” (p. 421). Essa concepção parece distinta da anterior, que enfatizava o contágio. A idéia do contágio pode ser compreendida como algo instintivo, natural; já a segunda – o desejo de sentir como o outro – parece refletir um esforço consciente e uma possibilidade mais complexa, que supõe o *role-taking*.

Quanto à empatia, Woodworth e Marquis (1959) a interpretaram como mais relacionada ao sentir o que o outro sente do que sentir com o outro. De acordo com as suas próprias palavras, empatizar quer dizer “sentir o que se passa no íntimo” e “sentir dentro da pessoa ou coisa” (p. 422).

Esses autores também sublinharam que, para empatizar, é necessário imaginar-se na situação do outro e sentir como ele deve estar sentindo, o que não é necessariamente sentir aquilo que o outro sente. A esse respeito, os autores comentam que se pode antecipar, por meio da imaginação e do gesto, o que seria o comportamento do outro. Empatizar não seria fazer igual ao outro (imitação), mas fazer o que se pensa que o outro fará (imaginação) (Woodworth & Marquis, 1959).

Além dessas concepções de empatia, Woodworth e Marquis (1959) referem-se à empatia como a projeção, sobre um objeto, dos sentimentos do observador. A primeira visão é compatível com a de Vernon Lee, sobre a compreensão de *Einfühlung* como o prazer que um objeto provoca no indivíduo; a segunda assemelha-se a de Robert Vischer, encarando a empatia como projeção.

A empatia no campo da psicologia da personalidade

No início do século XX, registra-se a emergência da empatia no campo da psicologia da personalidade. Em seu trabalho *Psicologia coletiva e análise do eu*, escrito em 1921, Freud (1967) referiu-se à *Einfühlung* como uma forma de identificação – “assimilação dos sentimentos do outro”. Para Freud, a identificação ou *Einfühlung* seria de grande importância, porque possibilitava a penetração no psiquismo de alguém que era estranho ao eu daquele que se identificava e permitia a adoção de uma atitude determinada em relação a uma outra vida psíquica.

Ainda na área da personalidade, destaca-se Allport (apud Wispé, 1990, p. 26), para quem a empatia significava a “transposição imaginativa de si mesmo, para dentro do pensamento, sentimento e ação do outro”, e envolvia imitação motora, inferência e intuição. Essa definição se assemelha às de simpatia e empatia como projeção.

No que diz respeito à psicanálise moderna, Wispé (1990) assinala a contribuição de Kohut, que, desde 1959 até a década de 1980, explorou o papel da empatia na aquisição de informação psicológica. Para Kohut (1959, apud Wispé, 1990), a empatia é tomada como uma “introspecção vicária”, “um processo pelo qual nós pensamos dentro do outro”, “nós próprios vivenciamos experiências internamente”.

Também na área da personalidade e da psicoterapia, Moreno (1958/1973), ao estabelecer regras para as sessões psicodramáticas, apontou para a necessidade de que o protagonista se colocasse na pele do outro, para que cada participante não se sentisse só com os seus problemas. Julga-se que estas considerações de Moreno recobrem duas características do conceito de empatia: inferir o sentimento do outro e sentir como o outro.

Ainda na área da personalidade e da psicoterapia, na década de 1950, Rogers começou a se firmar como uma força na psicologia. No seu referencial teórico, o

relacionamento do terapeuta com o cliente passou a ter grande centralidade. Reconstruindo o percurso do conceito de empatia, Rogers e Rosemberg (1977) mencionaram ter descoberto, de início, que só o fato de ouvir atentamente o cliente, numa forma passiva de interação, era útil para o tratamento. Posteriormente, verificaram a necessidade de que o terapeuta, após apreender os sentimentos e emoções do cliente, passasse a refleti-los para ele. Essa prática terapêutica foi chamada por Rogers de atitude empática. Em 1959, a empatia foi definida por ele como um estado que “(...) consiste em aperceber-se com precisão do quadro de referência interno de outra pessoa, juntamente com os componentes emocionais e os significados a ele pertencentes, como se fôssemos a outra pessoa, sem perder jamais a condição de ‘como se’” (Rogers, 1959, p. 72).

Fortalecendo a sua crença na força da empatia, como um dos fatores mais importantes para a promoção de mudanças, Rogers preocupou-se em precisar esse conceito. Em 1975, afirmou que a empatia não devia ser mais vista como um estado e sim como um processo, em que o terapeuta mergulhava no mundo do outro, deixando de lado o seu próprio ponto de vista. Para ele, manter uma relação empática

(...) significa penetrar no mundo perceptual do outro. Requer sensibilidade constante para com as mudanças que se verificam nesta pessoa, em relação aos significados que ela percebe, ao medo, à raiva, à ternura, à confusão ou ao que ele/ela esteja vivenciando. Significa viver temporariamente sua vida (...). Implica em transmitir a maneira como você sente o mundo dele/dela (...). Significa freqüentemente avaliar com ele/ela a precisão do que sentimos e nos guiarmos pelas respostas obtidas (Rogers, 1975, p. 4).

Para Rogers, a capacidade de manter uma relação empática é passível de treinamento, tanto em termos cognitivos quanto em termos vivenciais.

No seu livro *De la naissance a la parole*, Spitz (1968) referiu-se à empatia da mãe no contexto da díade mãe-criança, ao lado da percepção que o bebê tem do humor materno e dos seus desejos conscientes ou inconscientes. Ele sugeriu a existência de um canal de comunicação da criança para a sua mãe, e desta para o seu filho e dedicou-se a explorar essa comunicação: “Eu já falei da sensibilidade quase telepática da mãe em relação à sua criança. Do meu ponto de vista, durante a gravidez e o período que se segue ao parto, as mães ativam suas capacidades potenciais para respostas sinestésicas” (p. 104). Analisando a evolução da relação mãe-criança, Spitz assinalou que, por volta do sete meses, o bebê distingue a feição de sua mãe e lhe atribui um lugar único frente a outros rostos. A partir de então, a criança preferirá olhar o rosto da mãe em vez de qualquer outro. Tal evidência o conduz à consideração acerca do papel da afetividade, que ele denominou como “angústia do oitavo mês”, na constituição do objeto (p. 123): “As relações afetivas abrem a via do desenvolvimento perceptivo, (...) a criança faz uma diferença entre a mãe e os desconhecidos (isto é, de uma pessoa entre outras) dois meses antes de ser capaz de distinguir um objeto do outro” (p. 133). Segundo Spitz, essa evolução permite que o bebê apresente a imitação pelo gesto, que, por sua vez, é precursora do mecanismo de identificação propriamente dito e de uma comunicação recíproca e intencional. Para os autores do presente estudo, a identificação pode ser vista como análoga à empatia.

Dentro da área do desenvolvimento, personalidade e etologia, situa-se a teoria das ligações afetivas de Bowlby (1969). Em sua descrição do desenvolvimento das primeiras ligações afetivas – *attachment* mãe-criança –, Bowlby assinala que, na quarta e última fase desse processo, a criança torna-se capaz de ver as coisas pelo ponto de vista de sua mãe, torna-se hábil para inferir os sentimentos e motivos dela. Essa aquisição pode ser interpretada como uma habilidade semelhante ao *role-taking*.

Ainda na área da psicologia da personalidade, mais especificamente no campo da psicoterapia comportamental, Dollard e Miller (1950) fornecem uma definição de empatia como “copiar sentimentos do outro ou responder com sinais emocionais apropriados à situação do outro”.

A empatia na área do desenvolvimento sócio-cognitivo

Na sua teoria da moralidade, Piaget (1932) considerou o *role-taking* como uma habilidade cognitiva para intuir intenções, necessidades e sentimentos do outro. Essa aptidão enseja a possibilidade para o indivíduo considerar, em seus julgamentos, os sentimentos do outro, partilhar sentimentos do outro – respeito mútuo – e cooperar. Por outro lado, a consideração das intenções pode supor a cooperação e o respeito mútuo (p. 105). Considerando essas duas alternativas, a relação entre o *role-taking* e a cooperação, assim como a relação entre o *role-taking* e o respeito mútuo, podem ser vistas como dialéticas.

A fim de determinar como a criança constitui uma ligação normal com os grupos sociais que a cercam, Piaget (1932) disse que “(...) a fonte psicológica dessa parte da nossa vida moral deve ser procurada na nossa faculdade de simpatizar e nas tendências altruístas e desinteressadas” (p. 289). Acrescentou que a criança não é puramente egoísta nem puramente altruísta, mas as duas coisas, se bem que em menor grau que o adulto. Piaget também falou de uma “(...) afeição mútua e espontânea que leva a criança a atos de generosidade e mesmo a sacrifícios e a demonstrações tocantes que não são em nada prescritas” (p. 154).

Além disso, Piaget (1932) considerou que, em contrapartida aos sentimentos de ciúme e cólera, que apareciam na criança por volta dos 8 aos 12 meses, manifestavam-se o altruísmo e a partilha, em correlação com a imitação e a simpatia, igualmente precoces: “(...) Nas ações e reações dos indivíduos uns sobre os outros,

nasce a consciência de um equilíbrio necessário, obrigando e limitando tudo, o eu e o outro, ao mesmo tempo” (p. 254). Quanto à gênese da simpatia, Piaget explicou-a como fazendo parte de tendências instintivas. Entretanto, ele julgou que, na medida em que a criança desenvolve a capacidade de colocar-se no lugar do outro e reconhecer as necessidades do outro, um sistema de valores mais permanente, que inclui os sentimentos de simpatia e antipatia, é elaborado. Esse sistema permite a verdadeira cooperação e o verdadeiro respeito mútuo.

Também na perspectiva do desenvolvimento sócio-cognitivo, Flavell (1977) considerou três possibilidades, em relação ao que podia ocorrer a uma pessoa, diante de alguém que sentia uma dada emoção. Primeiro, pode manifestar-se uma empatia não-inferencial ou não-declarada, quando “(...) a expressão do sentimento do outro, de alguma forma, ativa um sentimento semelhante no observador – um tipo de contágio emocional – mas nenhuma cognição social relevante acompanha esse sentimento” (p. 29). Segundo, pode ocorrer uma empatia inferencial ou declarada ou, ainda, uma inferência empática: a criança infere algo acerca do sentimento do outro, de forma que ela própria tenha algum tipo de sentimento relacionado ao do outro, mesmo quando a inferência não é correta. Nesse caso, quando a criança sente com o outro, há empatia, quando sente pelo outro há simpatia. No terceiro caso, pode ocorrer a inferência não-empática, isto é, a inferência de sentimento do outro não vem acompanhada por qualquer sentimento de si próprio. No primeiro caso, Flavell julgou que um simples mecanismo de condicionamento ou algum componente inato, não aprendido, poderia explicar a ressonância afetiva.

Ainda na área da psicologia do desenvolvimento sócio-cognitivo, Kohlberg (1969) considerou a empatia como o aspecto emocional do *role-taking*. Para Kohlberg, o *role-taking* pode ser definido como “(...) tomar a atitude do outro, tornar-

se conhecedor dos pensamentos e sentimentos, colocar a si mesmo em seu lugar” (p. 49). Quanto ao lado emocional do *role-taking*, ele chamou de empatia ou simpatia. Assim como outros cognitivistas (Flavell, 1968, 1977; Shantz, 1975), Kohlberg dicotomizou as reações empáticas, destacando seja o aspecto cognitivo (compreender o que o outro sente) seja o aspecto afetivo (sentir a mesma coisa do outro). Em sua teoria moral, Kohlberg (1969, 1976) não privilegiou aspectos emocionais no julgamento de questões morais e, assim, não explorou a questão da empatia. Para ele, a evolução moral seria decorrente de avanços cognitivos e do desenvolvimento da perspectiva social.

Dentro de um quadro de referência teórico semelhante ao de Kohlberg, Selman (1976) definiu o *role-taking* em termos do caminho que o indivíduo adota para diferenciar sua perspectiva da(s) do(s) outro(s) e para coordenar sua perspectiva com a(s) do(s) outro(s). Considerando esses dois processos - diferenciação e coordenação de perspectivas -, Selman previu uma evolução do *role-taking*, da infância para a adolescência, por meio de diferentes níveis ou estágios. Baseado nesses pressupostos, Selman definiu a empatia ou simpatia como uma capacidade de compreensão do sentimento do outro.

A empatia no campo do behaviorismo e da aprendizagem social

Dentro das perspectivas do behaviorismo e da aprendizagem social, relacionadas ao desenvolvimento sócio-cognitivo, situam-se as contribuições de Aronfreed (1968), Batson, Fultz e Shoenrade (1990), Eisenberg e Miller (1990), Feshbach (1990) e Staub (1978, 1979).

Ao procurar compreender a aprendizagem por imitação, Aronfreed (1968, 1976) colocou em evidência o papel da afetividade. Conforme esse autor, a imitação não se torna possível se a representação cognitiva do comportamento observado não

corresponder às mudanças de estado afetivo reforçadoras para a criança. O processo empático, entre outros, facilita a apreensão de mudanças afetivas, ao permitir ao observador sentir a experiência afetiva do outro, por meio de sinais manifestos pelo mesmo (comportamentos expressivos). Dentro dessa perspectiva, para Aronfreed (1968) a “(...) empatia pode referir-se à experiência afetiva de um observador, a qual é eliciada por guias de um estado afetivo correspondente ao comportamento expressivo de uma outra pessoa” (p. 115). Esse autor considera que a empatia pode algumas vezes ser sinônimo da experiência vicária. Isso acontece, por exemplo, quando, em ambas as experiências, são enfatizadas as respostas afetivas de um observador ativadas por guias provenientes da pessoa observada, ao invés das respostas afetivas ativadas por guias do contexto em que se encontra a pessoa observada. Assim, para Aronfreed, a experiência vicária é sinônima de empatia, na medida em que a experiência afetiva de um observador corresponde ao que ele próprio sentiria no lugar do outro. Mas não é empática quando decorre apenas das condições que ele percebe como sendo aquelas em que o outro se encontra, dos guias situacionais que remetem o observador às suas experiências passadas.

Para Staub (1978), a empatia implica um certo tipo de identificação com outra pessoa, podendo ser entendida como “(...) experiência vicária da emoção de outra pessoa, ou a experiência da emoção que o outro vivencia” (p. 44). Diferentemente de Shantz (1975), que considera o *role-taking* como idêntico à empatia, Staub entende que o *role-taking* é uma pré-condição, mas não uma garantia nem da experiência empática nem da ativação de valores e objetivos pró-sociais. Conforme Staub, o *role-taking* afetivo refere-se à capacidade de perceber os sentimentos do outro. Embora suponha que a empatia pode motivar atos os quais beneficiam a pessoa vítima de sofrimento, Staub reconhece que, dadas as dificuldades metodológicas em demonstrar

a influência da empatia no comportamento, não há evidências diretas de que a empatia motive comportamentos de ajuda em situações de emergência.

Dentro do enfoque da aprendizagem social, Eisenberg e Miller (1990) apresentam uma definição de empatia que se aproxima daquela de Hoffman (1990). Para esses autores, a empatia é “(...) um estado afetivo proveniente da apreensão da condição ou estado emocional do outro, que é congruente com esta condição ou estado” (p. 292). Esses autores fazem uma diferenciação entre empatia e simpatia, considerando a simpatia como “(...) uma resposta emocional resultante da condição ou estado emocional do observador que não é idêntica à emoção do outro, mas que consiste no sentimento de piedade ou preocupação pelo outro” (p. 292).

Discutindo as reações emocionais que podem surgir diante do sofrimento de alguém, Batson, Fultz e Schoenrade (1990) diferenciam dois tipos de sentimentos: “(...) a empatia pelo outro (simpatia) que experiencia a angústia e o sentimento de angústia pessoal, que é produzido pelo testemunho da situação do outro” (p. 163). No caso da empatia, a centração do sujeito está no outro que sofre e pode ser expressa pela ternura, compaixão, preocupação, etc. No segundo caso, o foco é o próprio sujeito, cuja preocupação é aliviar a própria angústia. Para esses autores, existem evidências consideráveis de que o sentimento de angústia pessoal evoca motivos egoístas (a necessidade de reduzir o próprio mal-estar). Por outro lado, dizem eles, ainda não está claro se a empatia, quando leva à redução do sofrimento do outro, ocorre por motivos altruístas ou egoístas (evitar a culpa proveniente da omissão, previsão de ganhos com o gesto dirigido ao outro, etc.).

Em seu estudo sobre empatia parental e ajustamento da criança, Feshbach (1990) propõe um modelo integrativo-afetivo, segundo o qual “(...) a reação empática afetiva é uma função de três fatores: 1) a habilidade cognitiva para discriminar guias

afetivos no outro; 2) uma capacidade cognitiva mais amadurecida, baseada na tomada da perspectiva e do papel do outro; e 3) a sensibilidade emocional, ou seja, a habilidade afetiva para experimentar emoções” (p. 272). Nesse modelo está implícita a diferenciação entre o eu e o outro. Note-se que Feshbach considera o seu modelo de empatia semelhante ao formulado por Hoffman, para quem a ativação empática, inicialmente automática e afetiva, modifica-se quando o sistema cognitivo se desenvolve.

A empatia no campo emocional/motivacional

Hoffman (1990, 2003) apresentou uma concepção eclética, que reúne idéias do desenvolvimento emocional e motivacional, do behaviorismo, do cognitivismo e da aprendizagem social. Ele aponta para a possibilidade de diferentes estágios na evolução da empatia.

O primeiro estágio corresponde à *empatia global*. Hoffman (1990, 2003) julgou que o choro do recém-nascido, despertado pelo choro de outros bebês, tem como mecanismo subjacente uma capacidade de mímica inata, que se manifesta automaticamente. Ele também considerou a resposta do choro como uma resposta condicionada. Dessa maneira, Hoffman (2003) caracterizou o choro como uma mistura de mímica e de condicionamento e, nesse caso, como um precursor rudimentar da angústia empática.

Essa forma de empatia evolui para a *empatia egocêntrica*. Nesse caso, a criança mostra que sente uma angústia pessoal intensa, quando uma coisa desagradável acontece com outra criança, mas confunde quem está realmente angustiado, se ela ou o outro. Assim, uma criança com angústia empática aliviará sua própria angústia na angústia do outro. Considerada dessa forma, a empatia egocêntrica não é propriamente uma empatia.

No estágio seguinte, aparece a *angústia empática quase-egocêntrica*. Esse tipo de empatia caracteriza-se pelo fato da criança já possuir, de forma rudimentar, um eu capaz de *role-taking* e, assim, não mais confundir a sua angústia empática (angústia em relação ao outro) com a própria angústia. Porém, nesse estágio, como a criança não conhece os estados internos do outro, ela procura ajudar o outro com algo que ajuda a ela própria.

Após essa forma de empatia, a criança pode chegar ao estágio da *verdadeira angústia empática*. Nesse estágio, a criança é capaz de empatizar, com mais exatidão do que antes, com os sentimentos e necessidades do outro, em diferentes situações e pode ajudar o outro mais efetivamente. Com o avanço da idade, com o desenvolvimento da capacidade de *role-taking* e com a aquisição de conhecimentos meta-empáticos e metalingüísticos, a capacidade de empatizar com o outro pode se tornar cada vez mais complexa.

Finalmente, o indivíduo pode tornar-se capaz de sentir a *angústia empática além da situação*. Nesse estágio, embora a pessoa “(...) continue a sentir empaticamente a angústia com respeito à dor ou desconforto imediato do outro, (...) pode também responder com angústia empática para o que ela imagina ser uma tristeza crônica do outro ou uma desagradável condição de vida” (Hoffman, 2003, p. 80).

Hoffman (1990, 2003) considera que a evolução desses estágios está intimamente relacionada ao avanço do *role-taking*. Entretanto, ele julga que é provável que as pessoas com elevada capacidade de *role-taking* e, mesmo, já sendo capazes de operar no último estágio de empatia, possam apresentar formas de empatia correspondentes a estágios mais elementares.

Baseado na distinção de estágios de empatia relacionados ao *role-taking* e a uma tendência altruísta, Hoffman (1976, 1990, 2003) considera que há dois sentimentos básicos de angústia: a angústia empática e a angústia simpática. A *angústia empática* corresponde às sensações afetivas de incômodo, desconforto ou angústia, experienciadas no *self*, quando o sujeito percebe que os outros estão sofrendo algum tipo de dano, injustiça ou desvantagem. A *angústia simpática* descreve uma motivação pró-social, a partir da experiência de angústia empática, que leva o indivíduo a buscar aliviar o sofrimento do outro. Essa forma de empatia é definida por Hoffman (1990), como “(...) uma resposta afetiva mais apropriada à situação do outro do que à de si própria” (p. 48).

Além desses dois sentimentos, Hoffman(1990, 2003) aponta para diversas formas de empatia: *culpa empática*, *raiva empática*, *justiça empática*, *angústia pessoal* e *angústia simpática*.

A empatia no campo da etologia

Para alguns autores (Bowlby, 1969; Spitz, 1968; Hoffman, 1990; Feshbach, 1990), a empatia tem uma base biológica e está ligada a uma questão evolucionária. A esse respeito, Plutchik (1990) considera que, se a empatia é um processo evolucionário, deve atender a dois requisitos: (a) os animais apresentam padrões de comportamentos que são análogos aos relacionados à empatia em humanos; e (b) a empatia responde a uma determinada função.

Como exemplo do primeiro requisito, Plutchik (1990) narra a estória de uma pessoa que criava um bebê chimpanzé em casa e que, quando o bebê cresceu e tornou-se difícil mantê-lo em casa, colocou-o em um zoológico. Um ano depois, foi visitá-lo no zoológico. Quando viu o antigo dono, o chimpanzé correu para os seus braços e os

olhos dele encheram-se de lágrimas. A interpretação de Plutchik é que ambos compartilharam um grande afeto, que a separação não diminuiu.

Quanto ao segundo requisito, Plutchik cita Marler (1984), que em sua pesquisa mostrou que pequenos macacos sul-africanos podem expressar pelo menos três sinais de alarme (expressões não-difusas de ansiedade) frente a diferentes tipos de predadores (cobras, leopardos e águias), e que tais sinais são reconhecidos pelos congêneres, que respondem com distintos comportamentos, conforme cada situação. A interpretação de Plutchik é que esses sinais são expressões afetivas, que têm valor de sobrevivência para a espécie.

Além disso, Plutchik (1990) acredita que os animais emitem sinais ativadores de empatia, tanto durante a corte, quanto nas demonstrações de acolhimento ou reconhecimento, de ostentação, de dominação, de submissão, de alarme, de desafio, de angústia, etc. Para ele, todas essas manifestações têm em comum uma alta probabilidade de despertar, nos indivíduos para os quais foram destinadas, sentimentos e comportamentos semelhantes.

Finalmente, Plutchik (1990) definiu a empatia como “(...) um processo pelo qual experiências emocionalmente significativas são compartilhadas por dois ou mais indivíduos” (p. 44). As emoções envolvidas nesse processo podem ser tanto positivas quanto negativas. De forma compatível com a sua descrição de empatia, Plutchik disse que a “(...) empatia, na verdade, não é uma emoção isolada, mas um processo de indução pelo qual emoções, positivas e negativas, são partilhadas, e as quais aumentam as chances de um comportamento similar nos participantes” (p. 43).

Conclusão

De uma forma geral, as definições de empatia focalizam aspectos cognitivos e afetivos do processo empático. As diferenças sobre as concepções referentes à

empatia resultam de um maior ou menor acento nos componentes cognitivos (adoção do ponto de vista do outro) ou nos componentes afetivos (partilha do estado emocional do outro). Assim, os autores mais relacionados ao desenvolvimento sócio-cognitivo ressaltam a importância da apreensão de sentimentos, por meio do *role-taking*, no processo empático. Alguns deles, como Hoffman (1990, 2003), chegam a colocar, como requisito para a capacidade de partilhar o afeto, o avanço na capacidade de *role-taking*. Os autores da área da personalidade, quando se referem à empatia nas experiências do bebê, ou da mãe do bebê, colocam o acento na importância da ressonância afetiva de origem inata. Porém, quando se referem à empatia nos processos terapêuticos, ressaltam a necessidade do terapeuta colocar-se intencionalmente no lugar do outro, de sentir o que o outro sente, mas distanciar-se do outro do ponto de vista afetivo.

Em relação aos mecanismos que dão origem à empatia e que possibilitam o seu desenvolvimento, os pesquisadores da área da psicologia social enfatizam as tendências fisiológicas e a aprendizagem por condicionamento e por observação. Os estudiosos da área de desenvolvimento sócio-cognitivo mencionam tendências inatas na origem da empatia, mas focalizam a importância de processos cognitivos relacionados ao *role-taking*, no seu desenvolvimento. Por seu lado, os autores da área da personalidade consideram que a empatia tem bases biológicas, mas não se preocupam em explicar o seu desenvolvimento. Assim, do ponto de vista da origem, de uma forma geral, essas três áreas da psicologia assemelham-se à área da etologia, que considera a empatia como um mecanismo de natureza inata, cuja função é a de garantir a sobrevivência da espécie.

A explicação da empatia como tendo um substrato biológico encontra respaldo em estudos recentes da neurociência, conforme revisão de Decety (2004, 2005). Nessa

revisão, Decety considera que a capacidade humana, não-consciente e autêntica, de partilhar a emoção do outro, tem suas raízes na história evolutiva dos mamíferos sociais, que moldaram mecanismos de expressão e percepção das emoções. Por outro lado, o mecanismo de partilhar a emoção do outro mediante a capacidade de colocar-se no lugar do outro (suspendendo temporariamente e conscientemente sua própria perspectiva subjetiva), é uma conquista mais recente e depende de capacidades executivas e avaliativas do córtex pré-frontal, que é particularmente desenvolvido nos grandes macacos e no homem.

Em relação à empatia como ressonância inconsciente e automática, Decety e Jackson (2006) citam um estudo que utilizou a neuroimagem funcional, indicando que a observação de expressões faciais de desgosto e sentimentos de desgosto ativaram regiões cerebrais muito semelhantes. No que se refere à empatia como capacidade de colocar-se no lugar do outro e imaginar o que sente o outro, o estudo de Ruby e Dalen (2004, apud Decety & Jackson, 2006) indicou que julgamentos emocionais orientados para o eu e julgamentos emocionais orientados para o outro ativam diferentes circuitos neurais.

Independentemente das áreas de psicologia enfocadas, destaca-se o fato de que Rogers é o teórico que mais explicita características relevantes do processo empático. Analogamente, Hoffman é o autor que oferece um melhor detalhamento dos aspectos psicológicos envolvidos em diferentes formas de empatia (culpa empática, raiva empática, justiça empática, angústia pessoal, angústia simpática) e dos aspectos envolvidos nos diferentes níveis de empatia (da ressonância empática à angústia empática além da situação).

Embora o foco deste trabalho não seja uma análise histórica, algumas considerações podem ser feitas neste sentido. Nota-se que, em cada período histórico,

uma área da psicologia valorizou mais o conceito de empatia. Assim, na primeira década do século XX, a empatia foi utilizada pelos experimentalistas para explicar processos perceptivos. Na década de 1920, a empatia passou a ser focalizada pelos psicoterapeutas e teóricos da personalidade, que priorizavam o aspecto afetivo da empatia, considerando-o um fator importante nas relações interpessoais. Nos anos de 1930, a empatia tornou-se objeto de interesse dos teóricos cognitivistas, enquanto uma capacidade para tomar a perspectiva do outro. A partir da década de 1950, com o fortalecimento da corrente humanista, a empatia passou por uma nova valorização, através dos teóricos da área clínica. Por volta de 1960, os teóricos da aprendizagem social trabalharam o conceito da empatia na verificação dos fatores desencadeantes dos comportamentos altruístas e pró-sociais. Desde então, a empatia vem assumindo um papel cada vez mais importante na psicologia social e na psicologia do desenvolvimento. Essa importância sobressai quando se busca precisar melhor este conceito, a fim de não só integrá-lo a outros conceitos afins e discutir questões metodológicas, mas também demonstrar a contribuição da empatia no altruísmo, no julgamento moral e na justiça, enfim, verificar o seu papel no desenvolvimento social.

Referências

- Aronfreed J. (1968). *Conduct and conscience: the socialization of internalized control over behavior*. New York: Academic Press.
- Aronfreed J. (1976). Moral development from the standpoint of a general psychological theory. In T. Lickona (Org.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 54-69). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Bar-Tal D. (1976). *Prosocial behavior: theory and research*. New York: John Wiley & Sons.
- Batson C. D., Fultz, J. & Schoenrade, P. (1990). Adults emotional reactions to the distress of others. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp. 163-184). New York: Cambridge University Press.

- Bowlby, J. (1969). *Child care and the growth of love*. London: Penguins books.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of personality and social psychology*, 44(1), 13-126.
- Decety, J. (2005). Une anatomie de l'empathie. *Psychologie et neuropsychiatrie cognitives*, 3(11), 16-24.
- Decety, J. & Jackson, P. L. (2004). The functional architecture of human empathy. *Behavioral and cognitive neuroscience reviews*, 3, 71-100.
- Decety, J. & Jackson, P. L. (2006). A social-neuroscience perspective on empathy. *Current directions in psychological science*, 15(2), 54-58.
- Dollard, J. & Miller N. E. (1950). *Personality and psychotherapy*. New York: Mc Graw-Hill.
- Eisenberg, N. & Miller, P. A. (1990). Empathy, sympathy and altruism: empirical and conceptual links. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp. 292-316). New York: Cambridge University Press.
- Escrivá, V., Garcia, P. & Navarro, M. (2002). Procesos cognitivos y emocional predictores de la conducta prosocial y agresiva: la empatía como factor modulador. *Psicothema*, 14 (2), 227-232.
- Feshbach, N. D. (1990). Parental empathy and child adjustment/maladjustment. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp. 271-291). New York: Cambridge University Press.
- Flavell, J. H. (1968). *The developmental psychology and the communication skills in children*. New York: John Wiley & Sons.
- Flavell, J. H. (1977). *Cognitive Development*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Freud, S. (1967). *Essais de Psychanalyse*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Gaertner, S. & Dovidio, J. (1977). The subtlety of white racism, arousal and helping behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 691-707.
- Hoffman M. L. (1976). Empathy, role-taking, guilt and development of altruistic motives. In Holt, Rinehart & Winston (Orgs.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp.124-143). New York: Lickona.
- Hoffman, M. L. (1982). The measurement of empathy. In C. E. Izard (Org.), *Measuring emotions in infants and children* (pp. 279-296). New York: Cambridge University Press.

- Hoffman, M. L. (1990). The contribution of empathy to justice and moral judgment. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp.47-79). New York: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (2003). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: the cognitive-developmental approach to socialization. In D. A. Goslin (Org.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 347–480). San Diego, CA: Academic Press.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: The cognitive-developmental approach. In T. Lickona (Org.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 31-53). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Piaget, J. (1932). *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: Alcan.
- Plutchik, R. (1990). Evolutionary bases of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp. 38-46). New York: Cambridge University Press.
- Moreno, Z. T. (1973). *Psychodrame d'enfants*. Paris: Episa Editeurs (Texto original publicado em 1958).
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2ª ed., C. E. da Silva & J. Sawaya, Trans.). São Paulo: Cortez.
- Rogers, C. (1959). A theory of therapy, personality and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework. In S. Koch (Org.), *Psychology: A study of a science. Study I. Conceptual and systematic. Vol. 3.: Formulations of the person in the social context* (pp. 184-256). New York: McGraw-Hill.
- Rogers, C. (1975). Empathic: an unappreciated way of being. *The counseling psychologist*, 2, 2-10.
- Rogers, C. & Rosemberg, R. (1977). *A pessoa como centro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Selman, R. L. (1976). Social-cognitive understanding: a guide to education and clinical practice. In T. Lickona (Org.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 299-316). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Shantz, C. U. (1975). The development of social cognition. In E. M. Hertherington (Org.), *Review of child development research* (pp. 257-323). Chicago: Chicago University Press.

- Spitz, R. A. (1968). *De la naissance a la parole*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Staub E. (1978). *Positive social behavior and morality: Social and Personal Influences*. New York: Academic Press.
- Staub E. (1979). *Positive social behavior and morality: Socialization and development*. New York: Academic Press.
- Wispé, L. (1990). History of the concept of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp. 17-37). New York: Cambridge University Press.
- Woodworth, R. S. & Marquis, D. (1959). *Psicologia* (2^a ed., L. C. Raymond, Trad.). São Paulo: Companhia editora nacional. (Texto original publicado em 1959).